

# FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BURITICUPU-MA ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

## STRENGTHENING OF FAMILY FARMING IN BURITICUPU-MA THROUGH THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM (PNAE)

Hugo Barros da Silva <sup>1</sup>  
Monica Franchi Carniello <sup>2</sup>  
Sanclley Estany da Silva Lima <sup>3</sup>  
Matheus de Sousa Melo <sup>4</sup>

Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU-  
-SP). Professor de Administração no  
Instituto Federal do Maranhão Campus Buriticupu.  
Lattes:<http://lattes.cnpq.br/6758663790037483>.  
ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-4177-6311>.  
E-mail:[hugo.silva@ifma.edu.br](mailto:hugo.silva@ifma.edu.br)

Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Editora <sup>2</sup>  
Executiva da Revista Brasileira de Gestão e  
Desenvolvimento Regional.  
Lattes:<http://lattes.cnpq.br/8891630755683175>.  
ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-3107-901x>.  
E-mail:[monica.catniello@unitau.com.br](mailto:monica.catniello@unitau.com.br)

Mestrando em Desenvolvimento Socioespacial e <sup>3</sup>  
Regional PPDSR –UEMA  
Lattes:<http://lattes.cnpq.org/8357177674537574>.  
ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-3587-7884>.  
E-mail:[sanclleyestany.mello1995@gmail.com](mailto:sanclleyestany.mello1995@gmail.com)

Bacharel em Administração Universidade <sup>4</sup>  
Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL  
Lattes:<http://lattes.cnpq.br/0105473252730362>.  
ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-6662-2978>.  
E-mail:[matheus.mello1995@gmail.com](mailto:matheus.mello1995@gmail.com)

**Resumo:** Historicamente, trabalhadores camponeses brasileiros foram colocados à margem das agendas governamentais e como consequência passaram a enfrentar grandes dificuldades para a manutenção de suas propriedades rurais, ocasionando um ciclo de êxodo rural, agravamento das desigualdades socioeconômicas e insegurança alimentar. A partir dos anos 1990 o Brasil começou a reconhecer a importância da agricultura familiar, tanto no cunho social como no econômico. Nesse período foram criados programas que ainda auxiliam camponeses em suas produções, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outros que apoiam a comercialização desses produtos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que deve garantir a compra de 30% de produtos da merenda escolar oriundos da agricultura familiar. O presente artigo tem por objetivo avaliar de acordo com dados governamentais, a importância do PNAE para o município de Buriticupu-MA, onde cerca de 43% da população se encontra no campo, uma grande parcela concentrada em 17 projetos de reforma agrária (assentamentos). Verificou-se a importância do PNAE para os agricultores locais, atendendo diretamente mais de 1500 pessoas. Destaca-se ainda o apoio do poder público local na orientação de agricultores para que participem dos processos de aquisição dos produtos realizados pela Secretaria Municipal de Educação.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. PNAE. Buriticupu-MA.

**Abstract:** Historically, Brazilian peasant workers have been sidelined from government agendas and as a consequence have faced great difficulties in maintaining their rural properties, causing a cycle of rural exodus, worsening socioeconomic inequalities, and food insecurity. From the 1990s on, Brazil began to recognize the importance of family farming, both socially and economically. In this period programs were created that still help farmers in their production, such as the National Program for the Strengthening of Family Farming (PRONAF), and others that support the commercialization of these products, such as the National School Meals Program (PNAE), which must guarantee the purchase of 30% of school meals products from family farms. This article aims to evaluate, according to government data, the importance of PNAE for the municipality of Buriticupu-MA, where about 43% of the population is in the countryside, a large portion concentrated in 17 agrarian reform projects (settlements). We verified the importance of PNAE for local farmers, serving directly more than 1500 people. It is also worth mentioning the support of the local government in orienting farmers to participate in the processes of purchasing products carried out by the Municipal Secretariat of Education.

**Keywords:** Family Farming. PNAE. Buriticupu-MA.

## Introdução

O Estado brasileiro factualmente, por meio das políticas públicas, com diversos programas de créditos e financiamentos, tem priorizado os grandes proprietários de terras, configurando em uma política agrícola, tomando por base apenas o crescimento econômico. Esse processo de modernização da agricultura que iniciou na década de 1960 tem como foco o favorecimento da produção em escala, como as de commodities agrícolas, voltadas ao abastecimento do mercado externo. Nesse período os pequenos produtores foram negligenciados e durante muito tempo ficaram à margem das agendas governamentais (WERLANG; MENDES, 2017).

O resultado desse cenário foi o agravamento das desigualdades socioeconômicas, impondo aos pequenos agricultores muitas dificuldades, principalmente com questões relacionadas ao crédito, garantia de preço, acesso à tecnologia, assistência técnica, produção rural, acesso aos mercados e um grande impacto no mercado interno no que diz respeito ao abastecimento de produtos provenientes da agricultura familiar. Neste contexto, Junqueira e Lima (2008), afirmam que os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo – evitando novos fluxos de êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento regional.

Após reivindicações de grupos organizados de pequenos agricultores e do reconhecimento do Estado da importância econômica e social da agricultura familiar para a segurança alimentar e o desenvolvimento local foram instituídas na década de 1990 as primeiras políticas públicas voltadas exclusivamente para agricultura familiar. Saravia (2006, p. 28) define políticas públicas como “fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Dentre as várias políticas públicas criadas para o fortalecimento da agricultura familiar no âmbito nacional, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (1996), o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (2003) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a promulgação da Lei n. 11.947 de 2009.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem o objetivo de fortalecer e desenvolver a agricultura familiar por meio de investimentos e financiamentos, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), constitui um mecanismo complementar, visto que garante a compra de parte ou total da produção da agricultura familiar, sendo que a comercialização e distribuição da produção é um dos principais gargalos da agricultura familiar. A Lei n. 11.947, de 2009, instituiu novos parâmetros ao PNAE democratizando e descentralizando as compras públicas, incluindo como beneficiário direto a agricultura familiar. Essa mudança permitiu a compra de alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar no âmbito local e gerando desenvolvimento sustentável (FNDE, 2018).

Considerando a importância do PNAE para a agricultura familiar, especialmente no município de Buriticupu-MA que tem grande parte da população rural e pertencente à agricultura familiar, o presente artigo tem como objetivo caracterizar os efeitos do PNAE para os agricultores familiares e compreender a influência das políticas públicas no processo de comercialização dos produtos, na melhoria econômica dos agricultores familiares, de acordo com a visão institucional da Secretaria Municipal de Educação buriticupuense.

## O Estado brasileiro e a agricultura familiar – breve histórico

A intervenção do Estado brasileiro no meio rural na década de 60 e 70 ocorreu por meio das políticas públicas voltadas para a modernização da agricultura, com vistas ao processo de industrialização, configurando em uma política agrícola, tomando por base apenas o crescimento econômico, esses investimentos eram direcionados aos grandes proprietários de terras e favoreciam a produção em escala, estas eram voltadas para exportação, sendo estes um dos grandes motivos do crescimento na produção de commodities neste período. Neste cenário, pequenos agricultores eram deixados de escanteio, à margem das agendas governamentais, enquanto a agricultura empresarial tinha seus lucros aumentados exponencialmente

(PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019).

Pequenos agricultores passaram por muitas dificuldades nesse período, principalmente com questões relacionadas ao crédito, garantia de preço e acesso à tecnologia, acesso à assistência técnica a produção rural como também de acesso aos mercados. Consequências da implementação de políticas públicas que não favoreciam o pequeno produtor, gerando impactos no mercado interno, no que concerne ao abastecimento de produtos provenientes da agricultura familiar e sob a população rural que vivia em situação de pobreza, promovendo assim o êxodo rural.

Na década de 1980 vários os grupos de pequenos agricultores organizados em diferentes formas e orientações políticas, reivindicaram ao governo federal políticas públicas que os incluíssem na agenda de prioridades dos governos como forma de minimizar os efeitos das desigualdades sociais. Porém, somente no decorrer da década de 1990 as políticas voltadas exclusivamente para agricultura familiar ganham impulso no Brasil (CUNHA et al, 2017).

Políticas públicas são fluxos de decisões promulgadas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade, instrumentos que buscam formular propostas que possam resolver conflitos de forma pacífica, sendo estas um exercício da própria política (GIANEZINI et al, 2017).

### **Desafios da agricultura familiar e a criação de políticas públicas de inserção de produtos em mercados institucionais**

É sabido que sempre foram grandes os desafios enfrentados pelos agricultores familiares no Brasil e as condições específicas do setor exigiam uma resposta do poder público, quanto à adoção de políticas públicas que pudessem viabilizar a produção dos pequenos produtores e melhorar sua qualidade de vida, dando assim condições para a produção e comercialização de seus produtos e consequentemente a permanência do produtor rural no campo, evitando novos fluxos de êxodo rural.

Nesse cenário, foram criadas algumas políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no âmbito nacional, destaca-se o ano de 1996 com a criação do PRONAF, este, mostra que políticas voltadas a promover o crescimento econômico com base na distribuição de ativos estão permanentemente ameaçadas pela distância potencial entre racionalidade econômica e necessidades sociais. Portanto tem-se o objetivo fortalecer e desenvolver a agricultura familiar por meio de investimentos e financiamentos (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005).

Em 2003 o Governo Federal implementou o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, este é um mecanismo complementar ao Pronaf, visto que proporciona a compra de parte da produção do pequeno agricultor familiar. Impulsionado pela estratégia de combate à pobreza e à fome, houve a promulgação da Lei n. 11.947, em 2009 sendo criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que assim como PAA, exerce a função de fomentar as ações de segurança alimentar e também o desenvolvimento da agricultura familiar (CUNHA et al., 2017).

Um dos principais entraves dos pequenos agricultores é a comercialização da sua produção, onde muitos perdem grande parte de seus insumos devido à dificuldade de acesso aos mercados compradores, então para que isso possa ser evitado é comum que o produtor venda sua mercadoria para atravessadores por preços muito inferiores ao realizado no mercado.

De acordo com Cunha et al (2017), o PAA foi o primeiro programa do governo federal brasileiro a focar a inserção da agricultura familiar no mercado institucional em escala nacional. Até então, os produtos da agricultura familiar tinham como principal mercado os arranjos de comercialização informal, como feiras livres e as vendas para atravessadores. Dessa forma, o programa representou uma oportunidade de se estruturar para atender outros mercados. Por sua vez, o PNAE garantiu a inserção da agricultura familiar em escala nacional no mercado institucional com a Lei n. 11.947/09, e tem orçamento garantido via recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Diante disso, o PNAE faz a conexão da segurança alimentar para estudantes e também possibilita a geração de trabalho e renda no meio rural.

O marco mais importante para o fortalecimento da agricultura familiar através do PNAE

aconteceu em 2009, com a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, estendendo o programa para toda a rede pública de educação básica e garantindo que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE para o PNAE deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (MALAGUTI, 2015).

Esta lei instituiu novos parâmetros ao PNAE democratizando e descentralizando as compras públicas incluindo como beneficiário direto a agricultura familiar, possibilitando a compra de alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar local e gerando desenvolvimento sustentável. A aquisição dos produtos pode ser realizada por meio de Chamada Pública, dispensa-se nesse caso o procedimento licitatório. Vale lembrar que o agricultor familiar tem demanda constante de compra para produzir durante 10 meses do ano, pois são garantidos os repasses do governo federal para os estados, municípios e escolas federais durante 10 meses para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino (FNDE, 2018).

### **Das características da agricultura familiar**

De acordo com Guanzioli, Buainain e Di Sabbato (2012), a agricultura familiar brasileira é formada por diversos subsegmentos, devendo ser identificados para que se possa pensar com mais precisão em políticas diferenciadas em relação a este setor.

Existe uma lei específica que dá características e definição ao agricultor familiar e empreendedor rural; a Lei 11.326/2006 define que é agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo alguns requisitos: I – não detenha, uma área maior do que quatro módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades produtivas de seu empreendimento; III – tenha renda familiar originada de atividades econômicas ligadas ao próprio estabelecimento; IV – administre seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

À vista disso, para que a agricultor seja contemplado pelas políticas públicas destinadas a agricultura familiar ele deve atender aos requisitos da Lei 11.326/2006, o que hoje alguns autores classificam como agricultura camponesa tradicional, por manter suas características próprias de produção, comercialização e manutenção do empreendimento rural.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cerca de 75% dos municípios brasileiros possui menos de 20 (vinte) mil habitantes, onde a agricultura é a base econômica para 90% destes. E segundo o Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. Considerando estes dados é possível compreender a importância do fortalecimento da agricultura, através das políticas públicas, para o desenvolvimento local, proporcionando geração de emprego e renda, fortalecendo e diversificando a economia local, privilegiando sistemas de produção de menor impacto ambiental, criando condições de segurança alimentar para a população e de permanência da família nos empreendimentos rural (MDA, 2016).

### **Procedimentos metodológicos**

O presente artigo é caracterizado quanto aos objetivos, como de cunho exploratório-descritivo que, de acordo com Diniz e Alves (2016), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema pesquisado, com vistas a torná-lo mais explícito e descrever as características do objeto pesquisado. De acordo com Gaio, Carvalho e Simões (2008), para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas ou analisar situações. Neste afincio, para chegar até os resultados aqui expostos usou-se procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em fonte de dados secundários, constituindo-se principalmente de teses, dissertações, livros e artigos científicos. Outra fonte de pesquisa foi a documental, com análise de documentos de arquivos e relatórios da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), da Secretaria de Agricultura e Prefeitura de Buriticupu dos anos de 2018 e 2019. De acordo com Godoy (1995), o exame de materiais de

natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares.

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema, no intuito de apresentar a visão geral dos diversos autores sobre os temas Políticas Públicas, destacando o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Agricultura Familiar. Houve pesquisa documental com análise de acervos da Secretaria Municipal de Educação, de Agricultura do município de Buriticupu-MA e dados da Prefeitura em seu Portal da Transparência sobre informações acerca da execução do PNAE no município, com o objetivo de reunir as informações e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta, ou seja, analisar os efeitos do PNAE para os agricultores familiares e compreender a influência da política pública no processo de comercialização dos produtos, tanto para os produtores quanto para o município. Posteriormente foi realizada a interpretação das informações e classificação dos dados coletados para a análise e discussão.

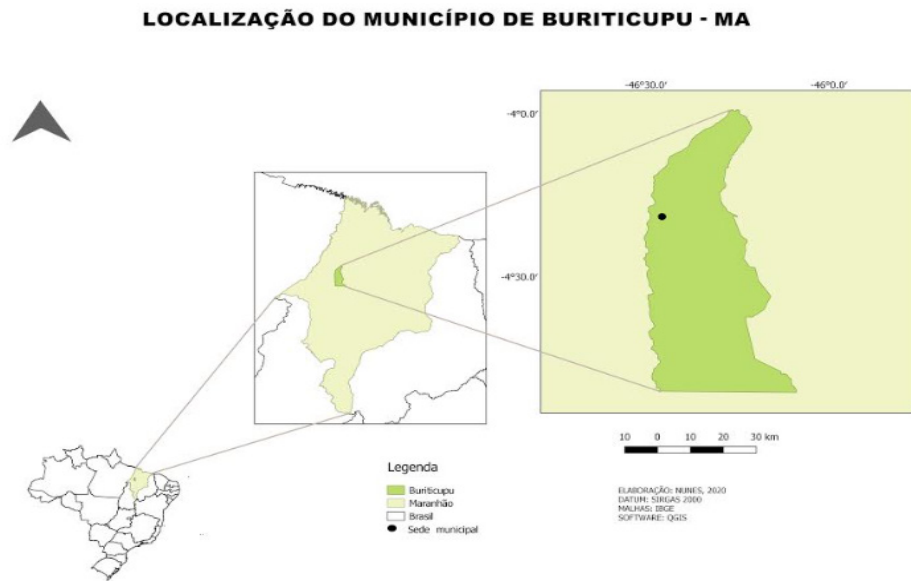
## **Resultados e Discussão**

### **Buriticupu e a Agricultura Familiar**

O município localiza-se na microrregião do Pindaré e mesorregião Oeste no estado do Maranhão, possui uma área territorial de aproximadamente 2.544,857 km<sup>2</sup>, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 sua população era de 65,237 habitantes, elevando-se para 72.358 no ano de 2019. Buriticupu tem no cerne de sua história a luta por reforma agrária, tendo como referência o processo de expansão da fronteira agrícola no Maranhão, quando, na região da pré-amazônia e no início da década de 1970, o governo do Estado instalou projeto de colonização para assentamento de trabalhadores rurais. O projeto deu origem ao povoado de “Buriticupu”, onde este localizava-se às margens de rio de mesmo nome, sendo o nome uma “toponímia”, ou seja, o resultado da junção do nome de dois frutos típicos da região: buriti e cupuaçu. Inicialmente, este era distrito do hoje município vizinho: Santa Luzia do Tide, porém a partir da luta conseguiu sua emancipação e se tornou município através da Lei Estadual n.º 6.162, de 10-11-1994 (IBGE, 2020).

Mediante a seu histórico, é importante compreender a situação atual dos agricultores familiares buriticupuenses, uma vez que o município se originou da expansão de assentamentos de trabalhadores rurais, praticantes da agricultura familiar, tendo sua origem marcada por conflitos entre especuladores de terra, fazendeiros e grandes latifundiários que buscavam ocupar as áreas para a exploração extrativista, principalmente a madeira. Atualmente, agricultores familiares continuam em conflitos, estes influenciados pela expansão do agronegócio, onde grandes produtores de grãos, ex. soja e milho têm ocupado extensas áreas territoriais, gerando assim impactos ambientais e prejuízo à produção dos pequenos agricultores, gerando como consequência uma maior fragilidade na estrutura social camponesa. Posto isso, faz-se claro e necessário aplicações de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura camponesa, garantindo a sobrevivência de agricultores locais, proporcionando reparos os danos históricos destes habitantes.

**Figura 1.** Localização do município de Buriticupu – MA.



**Fonte:** NUNES (2020).

Conforme análise de dados das Secretarias Municipais de Educação e de Agricultura, no município de Buriticupu o PNAE está funcionando desde 2013, inicialmente o programa contava com apenas 14 famílias, sendo que atualmente conta com 365 (trezentos e sessenta e cinco) pessoas cadastradas, atendendo diretamente mais de 1.500 pessoas considerando o núcleo familiar, distribuídas nos assentamentos de reforma agrária do município. Ainda de acordo com a Secretaria, a Comunidade PA410 é a principal comunidade beneficiada pelo programa no município, ficando em vista sua condição privilegiada de ficar a cerca de 20 quilômetros da sede do município e de ter uma agricultura familiar forte.

**Quadro 2.** Principais dados que podem ser destacados de acordo com os documentos analisados

Parâmetro	Pontos e vantagens gerais do PNAE atendidos e expostos nos relatórios das secretarias de Buriticupu
Do modelo de compras	A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar é realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se nesse caso o procedimento licitatório, sendo que são realizadas duas chamadas por ano. Os agricultores podem firmar contrato no programa através de três modalidades: I - grupos formais, através das associações; II - grupos informais, sendo esses os produtores rurais que formam um grupo para atender ao programa; III – de forma individual, amparados pela Lei 11.947, onde o agricultor firma seu contratado e informa o que ele estará fornecendo durante um ano.

<p><b>Orientação aos agricultores</b></p>	<p>Antes da realização de cada chamada pública são realizadas reuniões junto com os produtores rurais, no início e ao final do ciclo, onde são discutidos os termos da Lei que ampara o PNAE para que todos os agricultores entendam os critérios e as exigências que devem seguir para participar do programa. Na ocasião também são tratados sobre a qualidade dos produtos, o acompanhamento e fiscalização pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE, os critérios para definição dos preços dos produtos, as questões de sazonalidade dos produtos para garantir a entrega, qualidade e preços sem prejuízos aos Agricultores familiares.</p>
<p><b>Do cardápio</b></p>	<p>A definição dos produtos que serão adquiridos junto aos produtores rurais é realizada através de reuniões entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Agricultura, já que o município não compra toda e nem qualquer produção, devido à exigência do cardápio escolar, que é discutido e aprovado no pleno do Conselho Municipal da Alimentação Escolar.</p>
<p><b>Importância estratégica do PNAE</b></p>	<p>A SEMED avalia o PNAE como uma política orgânica, sistêmica e central, destacando que ela incentiva a Agricultura Familiar e o produtor rural, fomentando o desenvolvimento rural sustentável, gera qualidade de vida, produção rural, riqueza no campo e circulação de bens, produtos e serviços em todo município, tanto através do que a Secretaria de Educação compra como na Feira Municipal da Agricultura Familiar onde pode observar a diversificação da produção.</p> <p>Desta forma o PNAE é um programa que dialoga diretamente com o fomento da produção do homem do campo no campo. Sem esse programa funcionando de forma responsável a produção do pequeno produtor pode se enfraquecer, em vista que não existe no município programas que incentive a Agricultura Familiar. O PNAE garante uma segurança para que o lavrador possa produzir seus insumos já sabendo que terão um comprador de sua produção. Assim, faz-se necessário buscar novos programas que incentive essa produção não se limitando somente ao PNAE.</p>
<p><b>Permanência de alunos nas escolas/diminuição nas taxas de evasão</b></p>	<p>De acordo com a SEMED, o PNAE é de suma importância para a permanência dos alunos nas escolas, uma vez que aluno matriculado precisa de meios que os ajude a permanecer na escola, e a alimentação escolar é um grande incentivador, sendo que no município ainda tem uma pobreza extrema fazendo com que muitas crianças vão para a escola sem alimentação, então a garantia da refeição na escola faz com que as crianças melhorem seus desempenhos e obtenham um maior aprendizado, evitando a evasão escolar.</p>

<p><b>Dificuldades para implementação do PNAE em Buriticupu</b></p>	<p>No início não haviam associações organizadas para firmar contratos através do programa, conforme solicitado na Lei, no entanto, com auxílio da prefeitura conseguiu-se a regularização para atender aos critérios do PNAE. Outra dificuldade destacada nos relatórios é a falta de estrutura física, logística e administração das associações para receber os investimentos e para a entrega do produto final nos postos de recebimento da Secretaria de Educação, um grande empecilho é a distância e dificuldade de acesso dos agricultores até a sede do município, ocasionando assim muitas perdas e prejuízo. Recentemente foi feito um acordo para amenizar a situação, com isso, a prefeitura municipal agora é responsável pelo transporte dos produtos do ponto de origem até o ponto final utilizando um caminhão refrigerado.</p> <p>Outra dificuldade é a falta de industrialização, ou seja, pouca capacidade de produção em escala por parte desses pequenos agricultores, o que acaba influenciando a compra de determinados insumos de grandes empreendimentos ao invés da agricultura familiar, como é o caso do arroz. A falta de uma marca própria também causa um grande déficit; essas e outras dificuldades são encontradas, uma vez que a execução da atividade produtiva ainda é realizada de forma rudimentar.</p>
<p><b>O município atinge a regra estabelecida pela legislação vigente de comprar 30% de produtos oriundos da agricultura familiar?</b></p>	<p>De acordo com relatório de gestão enviado pelo prefeito municipal de Buriticupu ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), o município cumpre a lei, aplicando 30% dos recursos oriundos do PNAE na compra de produtos oriundos de agricultura familiar. O último relatório é de dezembro do ano de 2018.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme comentado anteriormente, em Buriticupu existe a Feira do Produtor aos sábados e de acordo com a SEMED e Secretaria de Agricultura, o PNAE e esta feira são os principais meios de comercialização de produtos vindos das 17 comunidades de assentamentos do município, sendo importantes para a sobrevivência dos agricultores e também para a economia do município, em vista que avalia-se que a maioria dos produtores compram seus insumos e alimentos industrializados no comércio local, gerando renda. Portanto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar garante uma segurança para que o produtor possa produzir seus produtos já sabendo que terão um comprador de sua produção

### **Considerações Finais**

De acordo com informações das Secretarias Municipais de Educação e de Agricultura do município de Buriticupu, o PNAE está funcionando desde 2013, inicialmente o programa contava com apenas 14 famílias, sendo que atualmente conta com 365 (trezentos e sessenta e cinco) pessoas cadastradas, atendendo diretamente mais de 1.500 pessoas considerando o núcleo familiar, tendo atualmente importância estratégica para vários setores do município, como por exemplo, sendo uma importante fonte de renda para os agricultores familiares do município, em vista que 30% de tudo que é comprado para alimentação escolar local tem como fonte a agricultura familiar. Orientações são feitas pelo poder público municipal aos agricultores duas vezes ao ano, onde são realizados esclarecimentos sobre os procedimentos burocráticos para que os produtores possam participar das chamadas públicas realizadas para compras dos alimentos.



Conclui-se que o programa contribui com a permanência do agricultor no campo, com a permanência de alunos de baixa renda nas escolas, e como fonte de renda para o município, em vista que há uma avaliação que o produtor compra seus insumos e alimentos industrializados e utensílios domésticos no comércio local, gerando renda para o município.

## Referências

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. Política de crédito do programa aplicável à agricultura familiar (Pronaf): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 1990. **Revista Caderno de Ciência e Tecnologia**, São Paulo, v. 14, n. 1, p.25-29, 2005. ISSN 0104-1096. DOI: 10.35977/0104-1096.cct2005.v22.8687. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8687>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Presidência da República, Brasília, [2009]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm). 07 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República, Brasília, [2006]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 07 jan. 2020.

CUNHA, Wellington Alvim da; REITAS, Alan Ferreira de; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz-MG, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília-DF, v. 55, n. 03, p. 427-444, 2017. ISSN 1806-9479. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550301>. Acesso em: 07 jan. 2020.

DINIZ, Adélia Solange Soares; ALVES, Antônio Sousa. **Manual de trabalhos científicos**. Imperatriz: Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/UNISULMA, 2016.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>. Acesso em: 07 jan. 2020.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 07 jan. 2020.

GIANEZINI, K. et al. Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Política Públicas da UFMA**, Maranhão, v. 21, n. 2, p. 1-20, 2017. ISSN 2178-2865 versão online. DOI: 10.18764/2178-2865.v21n2p1065-1084. Disponível em: <http://www.periodico-seletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8262>. Acesso em: 22 maio 2020.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antônio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: 1996 e 2006. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF v. 50, n. 2, p. 351-370, jun. 2012. ISSN 0103-2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000200009>. Acesso em: 05 fev. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população - 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/historico>. Acesso em: 07 jan. 2020.

IBGE. **Buriticupu – História e Fotos**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/buriticupu.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 02, p. 159-176, jul/dez, 2008. Disponível em: <http://buscajuventude.ibict.br:8080/jspui/handle/192/207>. Acesso em: 07 jan. 2020.

MALAGUTI, Jane Mary Albinati. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): desafios para a inclusão dos produtos da Agricultura Familiar na merenda escolar de Itapeverica da Serra-SP**. 2015. Dissertação (Gestão de Políticas e Organizações Públicas) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/47762>. Acesso em: 08. jan. 2020.

MDA (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário). **O que é agricultura familiar**. Disponível em: <http://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine/o-que-e-a-agricultura-familiar>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. Santa Maria: NTE-UFSM, 2019.

PREFEITURA DE BURITICUPU-MA. **SEMED - Secretaria Municipal de Educação**. Coordenação local do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 2019.

PREFEITURA DE BURITICUPU-MA. **Secretaria Municipal de Agricultura**. Núcleo de apoio à agricultura familiar, 2019.

PREFEITURA DE BURITICUPU-MA. Gabinete do Prefeito. Portal da Transparência do Município. **Exposição Circunstanciada do Prefeito Municipal, referente ao exercício Financeiro encerrado em 31/12/2018**. Disponível em: <http://transparencia.buriticupu.ma.gov.br/acessoInformacao/prestacaodecontas/prestacaodecontas>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**. ENAP, 2007. Disponível em: [http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea\\_pp\\_v1.pdf](http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf). Acesso em: 06 jan. 2020.

SARAIVA, Janaina Aparecida. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar, um estudo com os agricultores familiares no município de Minduri sul de Minas Gerais**. 2017. Dissertação (Desenvolvimento Sustentável e Extensão) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017. Disponível em: Acesso em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/13197>. 13 jan. 2020.

WERLANG, Rosangela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Pluriatividade no meio rural: a flexibilização e a precarização do trabalho na agricultura familiar, **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 38, v. 14, p. 140 – 163, 2016. ISSN 2238-3786 DOI: 10.12957/rep.2016.27857. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/27857>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Recebido em 15 de julho de 2020.

Aceito em 23 de agosto de 2021.